

OS DEPÓSITOS DE ESCULTURA DO MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS

Ricardo J. R. Mendonça

*Escultor / Faculdade de Belas-Artes – Universidade de Lisboa / Lisboa, Portugal
r.mendonca@campus.ul.pt*

RESUMO

No decurso da actividade decorativa do Ministério de Obras Públicas, na segunda metade do século XVIII, diversas esculturas terão sido movidas dos locais de onde originariamente se achavam colocadas. Outras, porém, nunca chegaram a encontrar um destino final, tendo sido incorporadas em depósitos à espera de que para elas se encontrasse uma localização permanente. Estas obras que, ao longo do século XIX, se foram espalhando por jardins, parques e outros espaços públicos teriam bastado para criar uma colecção de escultura estatuária.

PALAVRAS-CHAVE

**Escultura Pública | Coleccionismo | Academia de Belas-Artes de Lisboa |
Laboratório de Escultura | Câmara Municipal de Lisboa**

ABSTRACT

During the decorative activity of the Ministry for Public Works, in the second half of the eighteenth century, several sculptures have been moved from the places where they were originally installed. Others, however, never got to find a final destination, having been incorporated in warehouses waiting for a permanent location. These works that throughout the nineteenth century, were scattered in gardens, parks, and other public places, would have been sufficient to create a collection of statuary sculpture.

KEYWORDS

**Public sculpture | Collecting | Academy of Fine Arts of Lisbon |
Laboratory of Sculpture | City Council of Lisbon (Câmara Municipal de Lisboa)**

No decurso da actividade decorativa de distintos empreendimentos régios, no século XVIII, algumas obras de escultura terão sido movidas da sua localização original sucedendo, por vezes, que para algumas delas não se chegasse a encontrar qualquer destino específico. Desde modo, constituíram-se depósitos de obras em diversos locais e repartições, que posteriormente, no decurso do século XIX, acabaram por ser mobilizadas para a decoração de jardins públicos. Esta permeabilidade das colecções régias de escultura aos novos desígnios da sociedade liberal não só impediu a constituição de uma colecção pública de escultura, como também vaticinou a morte do Laboratório de Escultura do Reino.

De facto, é possível que algumas destas obras pertencentes ao Ministério de Obras Públicas tenham sido incorporadas na Academia de Belas-Artes de Lisboa logo em 1836, por intermédio do espólio afecto aos Laboratórios de Escultura ou até da Casa do Risco; contudo, posteriormente a esta data, outras terão igualmente sido incorporadas na sequência de alguns trabalhos de adaptação, restauro e acabamento demandados pelo governo. Refira-se a este propósito

que nenhuma destas poderia ser alienada sem a competente autorização governamental.

Logo em 1837, Joaquim Rafael propõe a requisição de uma *Flora* e de um *Hércules*, que se achavam depositados no Palácio da Ajuda (MENDONÇA 2012: 148-149). [fig.1, fig.2] Graças a ele se ficaria a saber que esta obra se atribuía à mão de Alessandro Giusti (1715-1799), um escultor italiano radicado em Portugal desde 1747 e que para a história ficaria conhecido como fundador da escola de escultura de Maфра. A existência do modelo de gesso da *Flora* parece corroborar a ligação de ambas as obras ao antepassado remoto do Laboratório de Escultura¹. Neste sentido, importa salientar que estas obras estiveram seguramente guardadas, juntamente com o monumento à rainha D. Maria I que até 1830 esteve no Palácio da Ajuda. Ainda que o pedido se tenha feito logo em 1837, a incorporação das obras só ocorreria em Agosto de 1851, no seguimento de um outro requerimento feito perto desta última data (CÂNCIO 1950: 423). Desconhece-se o local para onde este conjunto terá originalmente sido concebido, mas uma análise cuidada sobre elas, salienta aspectos



Fig.1 · Flora Farnésio, Alessandro Giusti, (1715-1799); mármore; alt. 189 cm, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.



Fig.2 · Hércules como Guerreiro Farnésio, Alessandro Giusti (1715-1799); mármore, alt. 176 cm. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.

1. Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (F.B.A.U.L. Esc. 620.)



Fig.3 - Príncipe Regente, João José de Aguiar (1769-1841); mármore, alt. 210 cm, Lisboa, Jardim Botânico da Ajuda.

interessantes. Deste logo porque em ambos casos, se trata de cópias de esculturas clássicas da colecção Farnésio que ostentam variações em face das obras finais. Se no caso da *Flora Farnésio* a simetria não dificultou a identificação da obra, o mesmo não se poderá dizer do *Hércules*, que é na realidade um *Guerreiro Farnésio*, ao qual se introduziram algumas modificações de ordem iconográfica, para convir a um novo conceito. Deste modo, o corpo de Troilo, que deveria ser representado no ombro esquerdo, foi substituído por um bastão, e à cara de Aquiles foi adicionada a representação de barba.

Outra obra que evoca esta relação entre os depósitos de cantarias do Reino e os Laboratórios de Escultura é uma estátua do príncipe regente, futuro D. João VI, que se acha instalada na escadaria do Jardim Botânico da Ajuda, e que, a nosso ver, tem sido equivocadamente identificada como um príncipe D. José (MENDONÇA 2014). [fig.3] A hipótese de que, perto de 1801, terá sido comissionada uma estátua ao futuro soberano, tem vindo a ganhar consistência, (FARIA 2008: 38) mas dificilmente a obra executada no Arsenal da Marinha, e na qual trabalhou António Machado em 1804 (act. 1768-1810) (A.H.U., Cx. 295, pasta 15), será a mesma que se veio a colocar anos mais tarde no Hospital da Marinha. De facto, 18 anos volvidos, em 1823, Cirilo Wolkmar Machado ainda a veria na casa das formas do mesmo Arsenal da Marinha, onde a obra originalmente havia sido executada (MACHADO 1922: 221). Ou seja, a obra em questão não poderia ser a mesma que em 1816 achava já instalada no Hospital da Marinha e que foi mencionada por Francisco de Assis Rodrigues (RODRIGUES 1816: 209-210). Ainda assim, comparando-as entre si, é evidente, que elas obedecem a um esquema compositivo muito semelhante, apresentando-se a primeira, aliás, mais depurada de carga ornamental do que a segunda. Por outro lado, o seu rosto idealizado recorda-nos da sistemática recusa da família real em se deixar retratar, por escultores como já antes ocorrera no monumento à rainha D. Maria I de 1798, do mesmo Aguiar, ou até no D. José I, de Machado de Castro em 1775. Não se sabe em que momento esta obra terá sido movida da casa das formas para Jardim Botânico, mas em 1862 a sua existência o jardim Botânico da Ajuda é referida pelo articulista Inácio Vilhena de Barbosa que a descreveria como uma, «estatua colossal de Hercules» (BARBOSA 1862: 222).



Fig.4 · Rio Tejo, António Machado (act. 1768-1810); mármore; 135x220x95; Oeiras, Palácio Marquês de Pombal.

As duas esculturas executadas por Alexandre Gomes (act. 1772-1817) para um chafariz que se quis construir no campo de Santana cerca de 1794, teriam ocupado lugar privilegiado na coleção da Academia de Belas-Artes de Lisboa (SILVA 1997: 175-179). Contudo, estas obras originalmente comissionadas pelo Intendente Pina Manique acabaram por ser instaladas em 1836 no Passeio Público juntamente com duas sereias e dois tritões do mesmo autor (LE CUNFF 2000: I, 37-38). As informações que sobre este conjunto têm circulado partem de duas fontes descritivas que, aparentemente se contradizem, e que viriam a substantivar a atribuição do referido conjunto de rios ao escultor António Machado (act. 1768-1810) a partir de meados do século XIX.

A primeira notícia descritiva deste conjunto foi publicada pelo *Universo Pittoresco* em 1840, (BARBOSA 1840: 338) e firma-se na descrição avançada pelo escultor Assis Rodrigues em 1816 na qual se já conta de um conjunto de seis obras de Alexandre Gomes que representarão dois rios, duas sereias e dois tritões, que se achavam depositadas num telheiro do campo de Santana (RODRIGUES 1816: 207-2011). A atribuição

destas obras a António Machado terá começado com uma interpretação feita às Collecção de memórias, de Cirilo Wolkmar Machado (MACHADO 1922: 204), numa entrada, e com artigos redigidos, um em 1857, por Jorge César Figanière para o *Almanach de Lembranças Luso Brasileiras*, e outro por Pedro Diniz para o *Archivo Pitoresco*. (FIGANIÈRE 1857: 137), (DINIZ 1857-1858: I: 107-108).

A solução para este dilema parece radicar nas múltiplas alterações ao projecto de ideias para um chafariz, que chegou inclusivamente a contemplar a execução de um *Neptuno*. Terá sido um outro erro iconográfico que nos permitiu estabelecer uma relação entre as obras existentes na Avenida da Liberdade e o rio Tejo que existe no Palácio Marquês de Pombal. [fig.4] Em causa está a invulgar representação de folhas a cobrir a região púbica das figuras, em substituição do usual manto, que serve para qualificar figuras divinas. Ainda que não seja possível apurar uma cronologia para este conjunto, as variações existentes no projecto existente no Museu da Cidade e no Gesso existente na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa², demonstram que o programa iconológico

2. Projecto para o Chafariz de Santa Ana, Museu da Cidade de Lisboa (M.C.I) Des 0537. Modelo de gesso do rio Tejo existente na Cascata dos poetas, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (F.B.A.U.L.) Esc. 754.

terá sido sistematicamente alterado por modo que um conjunto que originariamente compreendia somente os rios *Tejo* e *Nilo*, tal com refere Fernando Pamplona (PAMPLONA 2000: 42-43)³, passasse a contemplar adicionalmente os rios Ganjes e Eufrates como menciona Cirilo Wolkmar Machado. Outros elementos que atestam a relação entre as diferentes obras são a existência em Oeiras dos golfinhos entrelaçados, que também haviam sido pensados para o referido chafariz, mas sobretudo a rigorosa coincidência no desenho dos lemes empunhados pelo rio Tejo da cascata dos poetas e pelo rio Nilo existente na Avenida da Liberdade, actualmente denominado por Douro. Existem ainda algumas inconsistências que valerá a pena considerar, nomeadamente a notícia que dá conta de esta obra ter sido adquirida por Sebastião de Carvalho e Melo, que falecera em 1782, sendo de mencionar que o risco que nos chegou do conjunto será de 1794. Aliás, a posse desta obra foi pela primeira vez evocada em 1853 pelo então Marquês de Pombal, provavelmente pouco tempo depois de se ter concluído o seu acabamento na Academia de Belas-Artes de Lisboa (A.N.B.A , Acta 30 Mar. 1853)⁴.

Em 1864, a requisição de obras de escultura era ainda vista como a única solução para se vir a constituir uma colecção (M.N.A.A.): SD (ABAL) 1 / 11 / doc. 1, Extracto 3). Mas a devassa da Câmara Municipal continuou. Em 1876 é interposta uma requisição civil para a *Flora Farnésio*, o *Hércules* e o *Rio Tejo*, bem como para diversos bustos de pedra resultantes de exercícios escolares (A.N.B.A , Acta 16 Mar. 1876). Embora nesse momento se tenha conseguido repelir o requerimento da autarquia, numa nova ofensiva em 1882 determinava que o rio Tejo acabasse mesmo por ser cedido ao Palácio Marquês de Pombal em

Oeiras, por ocasião do centenário da morte do poderoso Secretário de Estado de D. José I (MECO 2013-2014)⁵.

Em todo o caso, verificou-se que posteriormente a 1864 seria a Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses a albergar e expor diversas esculturas, que noutra altura teriam por destino preferencial a Academia de Belas-Artes de Lisboa. Este desfecho deixa transparecer um acordo tácito que tornaria os espólios das duas instituições complementares, já que numa veríamos exposta a gravura, desenho, pintura e artes ornamentais, e noutra, trechos de arquitectura e escultura. Em Agosto de 1865, chegaria o *monumento a D. Maria I* da autoria de João José de Aguiar (1769-1841), e, em Fevereiro do ano seguinte, já lá se encontrava o *Neptuno*, de Joaquim Machado de Castro (1731-1822), para o chafariz do Loreto.

Também por aqui se comprova que os esforços mais consistentes para se reunir uma colecção de escultura moderna passaram pela recuperação de obras que, directa ou indirectamente, procediam dos Laboratórios de Escultura do Reino. Porque este paradigma expositivo compensava a ausência de uma galeria pública de estatuária, sobressai, ainda mais a acção dissipadora de diversas instâncias governamentais. Em 1881, o *Neptuno* seria transplantado para o jardim da Estação Elevatória das Águas dos Barbadinhos (C.M.L. 2005: 104). Mais tarde, em 1896, as figuras laterais do monumento à rainha D. Maria I seriam colocadas nos talhões da recém-inaugurada Avenida da Liberdade (R.A.A.C.A.P. 1897: 115). Assim se perdeu a oportunidade de fundar uma colecção de escultura estatuária.

3. Fernando Pamplona dá conta da colaboração de Machado de Castro na concepção dos rios *Tejo* e *Nilo* que Alexandre Gomes haveria de executar.
4. Na sessão de conferência da Academia realizada no dia 30 de Março de 1853, é lido um expediente do Ministério do Reino, datado do dia 14 desse mês em que o «Marquês de Pombal pede a restituição de uma Estatua representando o Rio Tejo, que pertencera a seu bisavô o primeiro Marquês de Pombal».
5. Agradecemos esta informação ao Doutor José Meco, que generosamente cedeu o texto da comunicação ainda por publicar (MECO, José – *O recheio desaparecido do Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras. A Casa Senhorial entre Lisboa e o Rio de Janeiro* (sécs. XVII, XVIII e XIX) Anatomia dos interiores, 18 de Janeiro de 2013).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Academia Nacional de Belas Artes (A.N.B.A.) – Cota 10. *Livro de Actas da Academia de Bellas-Artes de Lisboa: 1851-1856*, 30 março 1853.

A.N.B.A. – *Livro de Actas da Real Academia de Belas-Artes de Lisboa: 1869-1881*, Cota 17, 16 março 1876.

Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), CU – Caixa 295, pasta 15: “Admissão de António Machado para trabalhar na estátua do Príncipe regente”. 29 dezembro 1804.

Museu Nacional de Arte Antiga (M.N.A.A.): SD (ABAL) 1 / 11 / doc. 1, Extracto 3 – “Relatório acerca do estado d’Academia Real das Bellas-Artes”, 26 fevereiro 1864.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, I. de Villhena – “Jardim Botânico da Ajuda”. *Arquivo Pitoresco*. Vol. V (1862) 222.

____ – “O Passeio Público”. *Universo Pitoresco*. 22 (1840) 338.

Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.), et al. – *Arte Pública: Estatuária e Escultura de Lisboa (Roteiro)*. Lisboa: Pelouro da Cultura, 2005.

CÂNCIO, Francisco – *O Paço de Queluz*. Lisboa: [s.n.], 1950.

DINIZ, Pedro – “O Tejo e o Nilo”. *Arquivo Pitoresco*. Vol. I, 14 (1857-1858) 107-108.

FARIA, Miguel Figueira – *Machado de Castro (1731-1822): Estudos*. Lisboa: Livros Horizonte. 2008.

FIGANIÈRE, Jorge César de – “Dous Rios de Pedra”. CASTILHO, Alexandre Magno de. – *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1858*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, p. 137.

LE CUNFF, Françoise – *Parques e Jardins de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 2000. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, apresentada Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova [policopiada].

MACHADO, Cirilo Volkmar – *Collecção de memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922. Subsídios para a História da Arte portuguesa, n.º V [1.º ed.]. Lisboa, 1823].

MECO, José – “O recheio desaparecido do Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras”. MALTA, Marize, Mendonça, Isabel M. G. (Org.) – *Casas Senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores*. [s.l.]: UFRJ/UNL/FRESS, 2013-2014, p. 105-125.

MENDONÇA, R.J.R. – “A persistência da memória no Laboratório de Escultura da Academia de Bellas-Artes de Lisboa”. RODRIGUES, Ana Duarte; FRANCO, Anísio (Coord.) – *O Virtuoso Criador: Joaquim Machado de Castro (1731-1822)*. [Catálogo da exposição] Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012, p. 148-149.

____ – “Alegoria e simulacro na escultura pública portuguesa: o sistema clássico”. *Arte Teoria*. Revista do Mestrado de Teorias de Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. 16/17 (2013/14) 29-38.

PAMPLONA, Fernando – *Dicionário de Pintores e Escultores*. 4.º edição, Lisboa: Livraria Civilização Editora. 4 vols. [1.º ed. Lisboa, 1954-1959], 2000.

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS CIVIS E ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (R.A.A.C.A.P.) – *Boletim da Real Associação de Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. 3.º série, VII: 8 (1897).

RODRIGUES, Francisco de Assis – “Da Estatuária, e Escultura em Pedra em Portugal”. In CAVROÉ, Pedro Alexandre, *Jornal das Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*. N.º XIII (1816) 209-210.

SILVA, Raquel Henriques – *Lisboa Romântica: Urbanismo e Arquitectura (1777-1874)*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de Doutoramento em História da Arte, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [policopiada].